

Cargo: Promotor de Justiça Substituto Prova Escrita 1 – Grupo 5 – 1 –
PROVA ESCRITA 1 – GRUPO 5

- Na prova a seguir – que vale dez pontos – faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Tanto na dissertação quanto nas questões, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizada será desconsiderado.

- Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo correspondentes.

ATENÇÃO! Nas folhas de textos definitivos da prova escrita, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois não serão avaliados os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

DISSERTAÇÃO

Redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:
Foro competente para o julgamento de governadores e
prefeitos por ato de improbidade administrativa.

Na sua dissertação, você deverá abordar, necessariamente, os seguintes aspectos:

- < natureza jurídica da improbidade administrativa e da respectiva ação;
- < a legislação vigente e a polêmica instaurada sobre o tema;
- < posição do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal;
- < soluções possíveis.

(Extensão máxima: sessenta linhas – Valor: 4,0 pontos)

UnB / CESPE – MP/TO / Concurso Público – Aplicação: 7/2/2004 (Tarde) É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cargo: Promotor de Justiça Substituto Prova Escrita 1 – Grupo 5 – 4 –

QUESTÃO 1

A Constituição Federal proíbe ao membro do Ministério Público o exercício da atividade político-partidária, admitidas as exceções previstas em lei. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, bem como a Lei Orgânica do Ministério Público do Tocantins, permite a filiação partidária dos membros do Ministério Público estadual.

Diante dessas prescrições normativas e da interpretação que o Supremo Tribunal Federal lhes empresta, explique a extensão da liberdade de filiação partidária de promotor ou procurador, em atividade, e de possível disputa eleitoral para cargos do executivo ou legislativo.

(Extensão máxima: trinta linhas – Valor: 2,0 pontos)

QUESTÃO 2

Explique, de forma objetiva, em que consiste o poder de polícia sanitária e analise, em tese, a validade de contrato administrativo em que tal atividade tenha sido objeto de delegação a empresa particular.

(Extensão máxima: trinta linhas – Valor: 2,0 pontos)

QUESTÃO 3

Análise e justifique a veracidade da seguinte afirmação:
O poder público pode revogar alvará de construção expedido a particular.

(Extensão máxima: trinta linhas – Valor: 2,0 pontos)